



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.40.111.A006>

## **Considerações sobre a liberdade em Viktor Frankl e Carl Rogers**

*Considerations On Freedom In Viktor Frankl and Carl Rogers*

---

Carlos Roger Sales da Ponte  
Universidade Federal do Ceará  
[roger.ponte@sobral.ufc.br](mailto:roger.ponte@sobral.ufc.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-5779-4786>

Francisco Victor Brito  
Centro de Referência de Assistência Social - CE  
<https://orcid.org/0000-0002-8283-7191>

### Resumo

Considerando a importância de se continuar tecendo reflexões acerca da liberdade humana, o presente artigo objetiva, por meio de um estudo de cunho bibliográfico, apresentar a ideia de liberdade em dois autores: Viktor Frankl e Carl Rogers. A partir da apresentação dos aspectos principais das teorias desenvolvidas por ambos e das visões de homem a elas subjacentes, buscou-se apreender que compreensão tem a liberdade humana nas duas perspectivas. Dentre os principais resultados alcançados, vimos que Frankl entende a liberdade como uma característica fundante da dimensão noética do homem, que se constitui sobre a possibilidade de distanciar-se de sua condição psicofísica e social, posicionando-se de forma livre e responsável. Já em Rogers, percebemos um conflito entre a sua defesa da liberdade do ser humano e sua crença em uma tendência inerente ao crescimento, que nos pareceu condicionar a liberdade de escolha sobre a qual ele fala.

**Palavras-chave:** Liberdade; Viktor Frankl; Carl Rogers.

### Abstract

*Considering the importance of continuing to reflect on human freedom, this paper aims, through a bibliographical study, to present the idea of freedom in two authors: Viktor Frankl and Carl Rogers. From the presentation of the main aspects of the theories developed by both authors and the visions of man underlying them, we tried to understand the understanding of human freedom in both perspectives. Among the main results achieved, we saw that Frankl understands freedom as a fundamental characteristic of the noetic dimension of man, which is constituted on the possibility of distancing himself from his psychophysical and social condition, positioning himself in a free and responsible way. In Rogers, on the other hand, we noticed a conflict between his defense of human freedom and his belief in an inherent tendency to growth, which seemed to us to condition the freedom of choice about which he speaks.*

**Keywords:** Freedom; Viktor Frankl; Carl Rogers.

### Resumen

*Considerando la importancia de seguir reflexionando sobre la libertad humana, este trabajo pretende, a través de un estudio bibliográfico, presentar la idea de libertad en dos autores: Viktor Frankl y Carl Rogers. A partir de la presentación de los principales aspectos de las teorías desarrolladas por ambos autores y de las visiones del hombre que subyacen en ellas, se buscó comprender la comprensión de la libertad humana en ambas perspectivas. Entre los principales resultados alcanzados, vimos que Frankl entiende la libertad como una característica fundamental de la dimensión noética del hombre, que se constituye en la posibilidad de distanciarse de su condición psicofísica y social, posicionándose de manera libre y responsable. En Rogers, en cambio, notamos un conflicto entre su defensa de la libertad del ser humano y su creencia en una tendencia inherente al crecimiento, que nos pareció condicionar la libertad de elección de la que habla.*

**Palabras clave** Libertad; Viktor Frankl; Carl Rogers.

---

### Introdução

A reflexão sobre a questão da liberdade humana vem já de muito tempo. Filósofos e pensadores de todas as épocas vêm se debruçando sobre tal problemática. E tratar sobre o assunto torna-se inevitável a toda ciência que pretenda aproximar-se do ser humano,

seja no âmbito individual ou social, pois “na Psicologia, embora nem sempre seja discutido com profundidade, o conceito permeia as concepções de sujeito nas diferentes abordagens teóricas” (Endrissi; Stenzel, 2020, p. 462).

Numa perspectiva fenomenológico-existencial, a liberdade é condição constitutiva do humano, estando ligada ao caráter de indeterminação da existência que o coloca como responsável por aquilo que faz de si. E como nos aponta Feijoo (2011, p. 103), “tomar a existência como se constituindo pela indeterminação consiste em deslocar-se de qualquer tentativa de posicionar o homem a partir de determinações biológicas e sociais”.

Esse fator de “indeterminação” no existir que não exige o ser humano de se posicionar perante sua vida e as demandas a ele trazidas nas diversas relações que estabelece consigo e com seu horizonte de experiências possíveis (que comumente chamamos de “mundo”), faz com que a vivência do exercício da liberdade se configure, aqui, bem além de uma mera discussão conceitual em nível filosófico. Urge pensá-la nas ciências psicológicas inclusive, posto que estas tem, entre outras características, conhecer, compreender e, eventualmente, intervir na vida humana no intuito de promover, de alguma forma, o bem-estar o ente humano.

Assim posto, e considerando a importância e a necessidade de se tecer reflexões sobre a questão da liberdade nas diferentes perspectivas em psicologia, o presente artigo irá discorrer sobre essa temática em dois importantes autores dessa área do conhecimento, a saber, Viktor Frankl, criador da Logoterapia; e Carl Rogers, fundador da Abordagem Centrada na Pessoa. Para posteriormente promover um diálogo entre estas duas concepções, buscando possíveis aproximações e/ou afastamentos, contribuindo-se deste modo, para que se possam formular esclarecimentos sobre uma questão importante para as duas teorias, e que perpassa a prática psicoterapêutica.

O caminho metodológico deste escrito consistiu em procedimentos de pesquisa qualitativa que teve como primeiro passo a realização de uma pesquisa bibliográfica. Sobre esta modalidade de pesquisa, Marconi e Lakatos (2011, p. 43-44), explicam que “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”. Sendo assim, este

estudo se deu a partir de um levantamento e seleção prévia de livros e artigos no quais se abordavam a questão aqui discutida; ou seja, a ideia de liberdade para Viktor Frankl e para Carl Rogers, e demais textos que guardassem relação com os objetivos propostos, privilegiando o uso de livros e artigos dos próprios autores. É válido também ressaltar a importância do tema, dada a ausência de uma especificidade na literatura científica brasileira sobre o mesmo, no que se refere à promoção de um diálogo entre as duas teorias supracitadas. Para verificar esta ausência, foram feitas buscas na literatura especializada, nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e Google Acadêmico. Recorreu-se também a estudiosos dos autores aqui trabalhados que em suas publicações discorreram acerca de aspectos importantes para a consecução deste estudo interpretativo.

No universo teórico-conceitual e prático da psicologia, tem-se a contribuição de Viktor E. Frankl que apresenta uma visão de ser humano que corrobora em muito com a perspectiva da liberdade de escolha humana. A importância da crença na existência desse lugar de liberdade advém, sobretudo, quando se pensa na prática psicoterapêutica: por questões éticas, a total nulidade da primeira, impossibilitaria a existência da última. Essa preocupação também pode ser expressa na crítica em que Frankl (2008) aponta o perigo das teorias psicológicas que subtraem essa capacidade do ser humano, efetuando o que ele denomina de reducionismo. Escreve o autor que “sem dúvida, o ser humano é um ser finito e sua liberdade é restrita. Não se trata de estar livre de fatores condicionantes, mas sim da liberdade de tomar uma posição frente aos condicionantes” (p. 152).

Uma posição crítica semelhante à de Frankl pode ser encontrada em Carl R. Rogers. Ele também rejeita a visão das perspectivas psicológicas que entendem que o ser humano “não passa de um elo entre uma série de causas complexas e seus efeitos inevitáveis e predeterminados” (Rogers, 1977, p. 58), visto que tal perspectiva não se sustenta pelo que observou em sua longa experiência clínica com seus pacientes, bem como nas pesquisas acerca do processo terapêutico que efetuou ao longo de sua carreira.

Na reiterada tentativa de não recair nestes reducionismos, como os autores chamaram, falar do ser humano como um ser livre é adentrar em um caminho, talvez incontornável, de uma compreensão um pouco mais detida na antropologia filosófica (concepção de ser humano) que subjaz a estes autores; o que desenha parte do horizonte

interpretativo onde eles se posicionaram para dizer o que disseram e construir suas respectivas abordagens teórico-interventivas em psicologia.

### **Objetivos**

Considerando essas primeiras colocações, o objetivo geral deste escrito, é apresentar a ideia de liberdade em Viktor Frankl e em Carl Rogers. Para atingir tal propósito, e em termos estruturais, o desenvolvimento deste escrito se organiza em três momentos. No primeiro, iremos apresentar brevemente Viktor Frankl e a Logoterapia; sua antropologia e enfatizar o(s) lugar(res) da liberdade na compreensão do ser humano por ele proposta. Em seguida, tomando esta mesma linha, apresentaremos brevemente Carl Rogers e a Abordagem Centrada na Pessoa; sua compreensão acerca do ser humano, enquanto Organismo/Pessoa; e o(s) lugar(res) da liberdade nesta compreensão. Por último, no terceiro momento, promover-se-á um diálogo entre as duas perspectivas teóricas acerca dos lugares da liberdade humana nestas, buscando possíveis aproximações e/ou afastamentos entre ambas.

#### ***Viktor Frankl e a Logoterapia***

Viktor Frankl (1905-1997), psiquiatra e neurologista vienense, é o fundador da Logoterapia, abordagem psicoterápica de caráter fenomenológico, existencial e humanista, conhecida também como a “terceira escola de psicoterapia de Viena”, visto que seu desenvolvimento foi posterior à Psicanálise de Freud e à Psicologia Individual de Adler. Lukas (2002) apresenta a Logoterapia fazendo um breve comparativo entre estas três orientações: enquanto Freud concentrou-se na vida pulsional do sujeito, cujo o impulso sexual (a tendência ao prazer) era o ponto central; e Adler, ao investigar a relação do indivíduo com o ambiente social, deduziu o desejo de poder decorrente da busca pela compensação do sentimento de inferioridade; “Frankl, finalmente, vê no homem um ser que quer moldar sua vida significativamente, ou seja, segundo um sentido, e poderá adoecer psicologicamente se for frustrada esta sua vontade de sentido” (Lukas, 2002, p. 20).

A teoria de Frankl começou a ser desenvolvida logo na primeira metade do século XX, com sólidas bases filosóficas e mediante experiências clínicas com jovens em situação de risco nos centros de prevenção ao suicídio, além de seus trabalhos em hospitais psiquiátricos e no seu consultório particular. Mas, sem dúvida, suas ideias foram validadas com suas vivências como prisioneiro em quatro campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, como ele mesmo afirma no seu livro de memórias, aquilo “que não está escrito em meus livros” (Frankl, 2010).

Frankl (2011) explicita que toda psicoterapia se apoia em dois eixos: uma visão de ser humano e uma filosofia de vida. E que uma questão importante a ser considerada, é saber se esta visão de mundo que subjaz as psicoterapias preserva ou não um sentido de humanidade. Em relação à Logoterapia ele faz questão de expor em quais fundamentos ela se ancora e qual o olhar ela lança sobre o sujeito. Escreve ele: “A visão de homem da Logoterapia se sustenta sobre três pilares: a liberdade da vontade, a vontade de sentido e o sentido da vida” (Frankl, 2011, p. 27).

Sobre o primeiro pilar, a liberdade da vontade pressupõe uma liberdade de escolha apesar dos condicionamentos externos e internos; ou seja, o ser humano não é livre de suas contingências, mas em última instância pode decidir sobre qual atitude irá tomar diante de quaisquer que sejam as condições que lhe sejam colocadas. Em relação à vontade de sentido, segundo Lukas (2002, p. 24), “este conceito quer dizer que é profundamente inerente a todo homem uma tendência para o sentido e para busca do sentido”, isto é, o ser humano seria motivado por uma inspiração de configurar sentidos e valores em sua existência e em todas as suas experiências no mundo. Para Frankl (2011), essa motivação se constitui como um fenômeno primário e como o principal fator de proteção da saúde mental. Por fim, o terceiro pilar corresponde ao sentido da vida: a visão filosófica do mundo segundo a qual, na vida há sempre um sentido a ser desvelado, latente nas situações. Sobre esse último fundamento, ele explica que os “sentidos do mesmo modo como são únicos, são também mutáveis. Mas não faltam nunca. A vida não deixa jamais de ter sentido.” (Frankl, 2015, p. 41).

O autor defende, portanto, que o principal fenômeno humano é a vontade de configurar um sentido para a vida através da realização de valores que podem ser vividos de três formas: “1. criando um trabalho ou praticando um ato; 2. experimentando algo ou

encontrando alguém; 3. pela atitude que tomamos em relação ao sofrimento inevitável.” (Frankl, 2016b, p. 135). Estas três vias de encontro de sentido na vida, ele denomina de “valores de criação, valores de experiência e valores de atitude” (Frankl, 2011, p. 90).

Frankl destaca o papel da consciência intuitiva (*Gewissen*) nessa busca pela realização de valores, pois esta seria o órgão que rastreia as possibilidades de sentido. Aguçar essa consciência, portanto, seria o papel do logoterapeuta, visto que, numa época em que os valores universais estão em declínio, torna-se necessário refinar a capacidade humana de encontrar sentidos únicos e encorajar o desenvolvimento da capacidade individual de tomada de decisões autênticas e independentes (Frankl, 2011). Nessa perspectiva, a realização dos valores decorre da concepção de que a pessoa é um ser aberto para o mundo, ou seja, “denota o fato de que ser humano sempre aponta e se dirige para algo ou alguém diferente de si mesmo – seja um sentido a realizar ou outro ser humano a encontrar” (Frankl, 2008, p. 135). Essa capacidade de sair de sua própria esfera para se lançar para o mundo foi chamada de autotranscendência.

Outra característica antropológica fundamental apontada por ele, é o autodistanciamento; isto é, e nas palavras do próprio, (2011, p. 27), o ser humano “é capaz de escolher uma atitude com respeito a si mesmo e, assim fazendo, consegue tomar posição, colocar-se diante de seus condicionamentos psíquicos e biológicos [...]. É a capacidade de posicionar-se dessa maneira que faz de nós seres humanos”.

Assim, cabe destacar que Frankl não pretendia que a Logoterapia fosse uma “panacéia” que servisse para todas as situações, ou a todos os pacientes, declarando, portanto, que a logoterapia “não só está aberta à cooperação com outras escolas, mas que sua combinação com outras técnicas é bem-vinda e deve ser incentivada” (Frankl, 2011, p. 203).

Para o autor, o ser humano e os animais são constituídos por uma dimensão biológica, uma dimensão psicológica e uma dimensão social. Contudo, ele se distingue deles porque também faz parte de seu ser a dimensão noológica, ou seja, compreende-o como “uma unidade e uma totalidade corpóreo-psíquico-espiritual” (Frankl, 2012, p. 62). Essas três categorias fundamentais: corpo, psiquismo e espírito, são organizadas por Frankl naquilo que ele chamou de ontologia dimensional, recurso teórico por meio do

qual ele defende a unidade antropológica do ser humano, apesar de sua diversidade ontológica. Sobre essa antropologia, cumpre destacá-la em específico.

### *A antropologia frankliana*

A visão de ser humano e de mundo apresentada por Frankl traz implicações que se mostram fundamentais para pensar a prática da psicoterapia, visto que permite àquele que sofre um (re)posicionamento frente ao mundo, pois o paciente é visto não apenas como um mecanismo de reações biológicas e de psicodinamismos, mas como uma totalidade antropológica, onde ele é entendido como uma unidade tridimensional constituída por instância biológica ou factual; psicológica ou anímica; e noética ou espiritual, sendo esta última, “a instância genuinamente humana, ou seja, tudo o que é próprio do ser humano (liberdade, responsabilidade, amor, consciência moral, criatividade, transcendência e intencionalidade) é originado dela, diferenciando-o, assim, dos outros animais” (Dittrich; Oliveira, 2019, p. 158).

Em relação à dimensão somática e psíquica, Lukas (1989, p. 28) as define do seguinte modo: a primeira com sendo a parte onde “coordenam-se todos os fenômenos corporais do homem, abrangendo o fundamento celular orgânico do homem assim como sua estrutura vital fisiológica, inclusive os processos químicos e físicos que dela fazem parte”. Já a dimensão psíquica refere-se “a esfera da existência do homem com suas disposições, sensações, impulsos, instintos, esperanças, desejos, aspirações etc. [...] juntam-se também os talentos intelectuais do homem, padrões de comportamento adquiridos, costumes sociais”.

Cabe, contudo, ressaltar que Frankl compreende o ser humano como uma unidade antropológica, apesar de suas diferenças ontológicas, e busca explicar sua proposta através de analogias geométricas, denominando o conjunto de suas formulações sobre essa questão de ontologia dimensional. Para explicar essa ontologia, Frankl utiliza-se da conhecida projeção das sombras de sólidos geométricos: o fato de que um mesmo sólido (no caso, um cilindro), quando projetado em apenas uma de suas dimensões, não possibilita à compreensão da totalidade deste fenômeno, podendo-se obter inclusive imagens distintas (círculo e retângulo) quando este é projetado de sua representação



tridimensional para os planos bidimensionais das linhas horizontal e vertical. Ele também demonstra que sólidos diferentes (cilindro, cone e esfera), quando projetados em uma mesma dimensão, podem resultar em uma mesma figura (círculo) gerando ambiguidade entre fenômenos (sólidos) que são distintos (Frankl, 2016a). Sobre a aplicabilidade destas proposições ao ser humano, Frankl (2011, p. 36), explica que

apesar de os aspectos somáticos e psíquicos chegarem à contradição entre si, quando à luz da antropologia dimensional, tais disparidades não mais contradizem a singularidade do homem. Ou será que a disparidade entre um círculo e um retângulo contradiz o fato de que ambos resultam da projeção de um mesmo cilindro?

Neste aspecto, a ontologia dimensional não pretende resolver o problema mente-corpo. Pelo contrário, apenas explicita a impossibilidade de sua solução e aponta para necessidade de uma compreensão do humano que leve em consideração a sua unidade tridimensional “composta pela relação dialógica, recíproca e interdependente das dimensões biológica, psicológica e espiritual, em que uma abarca a anterior, em um movimento de suprassunção” (Dittrich; Oliveira, 2019, p. 143). Neste sentido, a dimensão noética é considerada superior às demais e a mais compreensiva porque inclui as dimensões inferiores sem negá-las, garantindo assim a totalidade do ser humano (Frankl, 2016a), já que ela se revela quando aquele reflete sobre si mesmo, tomando-se como um objeto, manifestando sua consciência de si, visto que “ser consciente pressupõe a exclusiva capacidade de elevar-se sobre si, de julgar e avaliar as próprias ações e a própria realidade em termos morais e éticos” (Frankl, 2011, p. 28).

No entanto, Frankl não nega os condicionamentos biológicos, psicológicos e sociológicos, que os denominou de “destinos”. Mas, ao considerar a existência da dimensão no ética, designa, ontologicamente, aquela “dimensão de lucidez e autoconsciência” que pode confrontar estes condicionamentos e desvelar “a capacidade humana de decisão e autoconfiguração” (Pereira, 2015a, p. 391) frente aos mesmos.

### *A compreensão da liberdade em Frankl*

A Logoterapia foi influenciada também, como nos informa Lukas (1989), por filósofos existencialistas cujo pensamento principal é o fato de considerarem o ser humano como um ser “lançado a vida” e que depois disso tem de encontrar seu verdadeiro ser por si próprio, reconquistando assim, o princípio de ação. Por sua vez, Frankl introduz em sua teoria o elemento espiritual do sujeito, definindo-o como aquilo que “pode se comportar livremente” (Frankl, 2012, p. 96). A dimensão espiritual é, portanto, a dimensão distintiva e essencial, fonte dos fenômenos tipicamente humanos.

No entanto, faz-se importante apresentar sobre quais determinações ocorre essa liberdade. Que limites e imposições condicionam as ações humanas e das quais podemos ter consciência e liberdade por meio de nossa dimensão espiritual (Pereira, 2015a).

Segundo Frankl (2016a), existem três classes de condicionamentos que confrontam a vontade livre do ser humano: os instintos e o caráter (condicionamentos psíquicos); a hereditariedade e o corpo (condicionamentos biológicos); e o meio ambiente físico e social (condicionamentos sociológicos). Ele chamou tais condicionantes de “destino psicológico”, “destino biológico” e “destino sociológico”. Diante destas disposições e condições, a liberdade humana não é uma liberdade absoluta, mas só existe em relação às formas concretas de destino, pois “toda a liberdade humana depende do que há de fatal, na exata medida em que só neste elemento e a ele aderindo pode desenvolver-se” (Frankl, 2016a, p. 162). Para o autor, estes “destinos” não condicionam e explicam o comportamento de uma pessoa inteiramente, pois “dentro de certos limites depende dele se sucumbe e deixa-se limitar pelas condições ou não” (Frankl, 2015, p. 50). O ser humano, nesta perspectiva, não é meramente vítima do imutável, “mas ao contrário co-plasmador do seu destino” (Lukas, 1989, p. 39).

Em relação ao “destino psicológico”, Frankl contrapõe-se a ideia de que todas as ações e os esforços humanos teriam como fonte principal a sua “impulsividade instintual”. Para ele, “o homem possui instintos, mas os instintos não possuem o homem” (Frankl, 1990, p. 117). Deste modo, dizer que o sujeito possui instintos não contradiz a sua liberdade, pois esta pressupõe a possibilidade que ele tem de negá-los ou de afirmá-los. É neste sentido que Frankl diz que “nunca ocorrem no homem pulsões em si”, visto

que estas já são sempre afirmadas ou negadas, através de um *a priori* espiritual que marca a pulsionalidade humana, uma vez que as “pulsões são sempre dirigidas, afinadas e reverberadas a partir da pessoa: pulsões são sempre já personificadas” (Frankl, 1995, p. 90).

Frankl também combate leituras psicologistas que buscam explicar o comportamento humano através de outro condicionamento psíquico: o caráter, ou tipologia psicológica. Ele relata sobre a frequência com que escutava de seus pacientes desculpas para seus comportamentos reportando-os ao seu caráter. No entanto, para Frankl (1995, p. 98), “a disposição de caráter não é, por isso, em caso algum o que é respectivamente decisivo; por fim, o decisivo sempre é muito mais a tomada de posição da pessoa”. E cabe também dizer, que “toda decisão é auto-decisão, e auto-decisão é incessantemente auto-configuração. Enquanto configuro o destino, configuro a pessoa que eu sou, o caráter que eu tenho – configura-‘se’ a personalidade que eu me torno”.

No que concerne ao “destino biológico”, Frankl defende que a liberdade humana se mantém até mesmo diante de sua constituição genética. Para além dos condicionamentos de ordem biológica, existe a liberdade espiritual, capacidade esta que “o eleva e o projeta além de suas contingências” (Frankl, 1990, p. 142). Isto é, a carga genética determina apenas a condição psicofísica do ser humano. Isso implica que o que se passa dos pais aos filhos é “somente uma possibilidade psicofísica, uma potência psicofísica; o que é transmissível é apenas o espaço psicofísico de ação - nunca a liberdade espiritual dentro dele. [...] São as pedras da construção, jamais o mestre-de-obras. (Frankl, 1978, p. 126). É nesse sentido, que Frankl aponta que a relação entre a pessoa espiritual e o organismo somático é instrumental: “O espírito instrumenta o psicofísico – a pessoa organiza o organismo psicofísico – sim, ela o forma ‘para si’, na medida em que o faz utensílio, órgão, *instrumentum*” (Frankl, 1978, p. 117). Portanto, para Frankl o destino biológico é “puro material a configurar” através da nossa liberdade espiritual (Frankl, 2016a, p. 169).

No que se refere ao “destino sociológico”, sustenta que “o homem conserva também em face do destino social certa margem de livre possibilidade de decisão, tal como perante o destino biológico ou psicológico” (Frankl, 2016a, p. 177). Ou seja, para ele um ambiente idêntico possibilita tomada de atitudes diferentes para com ele. Dentre

os exemplos citados por Frankl, o que ele destaca como principal é a sua própria experiência nos campos de concentração que ele chamou de “*experimentum crucis*” e no qual ele pode “ver o ‘poder de decisão’ do espiritual: enquanto um se deixava transformar num ‘patife’, outro – *ceteris paribus* - se tornava um ‘santo’” (Frankl, 1978, p. 133).

O que Frankl (2012) destaca é o fato de que o ser humano, como ser espiritual, pode distanciar-se e transcender a si próprio, sua condição psicofísica e social. Essa capacidade de se distanciar do psicofísico foi o que o autor designou como “antagonismo facultativo psiconoético” (Frankl, 1978), que se encontra em contraste com o paralelismo psicofísico, que “diz respeito à relação íntima de funcionamento, à harmonia operacional que existe na continuidade entre a dimensão corpórea e a psíquica” (Pereira, 2015b, p. 9).

Deste modo, devido a essa possibilidade de distanciamento do espiritual em face do psicofísico, a Logoterapia defende uma certa incondicionalidade da dimensão espiritual que se dá de forma facultativa, visto que o ser humano não tem que fazer sempre o uso do “poder de obstinação do espírito”, pois apesar de ser possível impor-se, apesar de seus instintos, apesar de sua hereditariedade e apesar de seu meio ambiente, também lhe é possível afirmar-se graças a tudo isso.

Portanto, o ser pessoa para Frankl “significa liberdade – liberdade para vir a ser uma personalidade. Ela é liberdade ante a própria facticidade e liberdade para vir a ser diverso” (Frankl, 2012, p. 96). Ou seja, o que ele acentua é o fato de o ser humano, enquanto ser espiritual, não se encontra colocado em face do mundo – interior e exterior – de forma passiva, “mas também toma posição em relação a ele; pode, de qualquer modo, sempre, ‘tomar posição’, ‘comportar-se’ perante o mundo, e este comportar-se é propriamente livre” (Frankl, 1978, p. 157).

### ***Carl Rogers e a Abordagem Centrada na Pessoa***

Carl R. Rogers (1902-1987) é o criador da Abordagem Centrada na Pessoa, teoria desenvolvida por este entre os anos 1940 e 1980 do século XX, nos EUA. Inserindo-se no movimento humanista em psicologia (no início da década de 1960), esta abordagem surge como reação às práticas e aos modelos teóricos que então dominavam a psicologia e a psicoterapia (Behaviorismo e Psicanálise). Desenvolvendo-se a partir da experiência

clínica de Rogers, em seu estágio inicial foi chamada de aconselhamento não-diretivo e de terapia centrada no cliente, tendo posteriormente sua aplicabilidade expandida para o campo da educação e das relações humanas em geral. Rogers (1983) considerou o termo *Abordagem Centrada na Pessoa* mais adequado, por conter uma noção mais ampla e abrigar a variedade dos campos de aplicação.

Uma ideia central de sua teoria é a noção de tendência atualizante que, segundo ele, é uma espécie de potência inerente a todo organismo para desenvolver suas potencialidades de modo a favorecer sua conservação e seu enriquecimento (Rogers & Kinget, 1977). Rogers defende essa ideia, sustentado por sua experiência clínica, que em um clima psicológico adequado, os pacientes se mostravam detentores “de vastos recursos para autocompreensão, para a modificação de seus conceitos, de suas atitudes e de seu comportamento autônomo” (Rogers, 1983, p. 38). Esta característica fundamental, “intrínseca” e “inerente” à pessoa, é a razão pela qual Rogers a vê como um organismo digno de confiança, que se autodesenvolve e se autorregula com fins à uma autonomia e liberdade existencial.

Sobre o clima psicológico adequado mencionado, a proposta psicoterapêutica rogeriana busca proporcionar esse clima através de atitudes facilitadoras (aceitação positiva incondicional, compreensão empática e autenticidade) assumidas pelo terapeuta, objetivando criar um espaço para o cliente no qual sua tendência atualizante encontrará ambiente propício para seguir seu fluxo em direção ao crescimento, desenvolvimento e à autorrealização (Rogers, 2009). O estabelecimento de uma relação terapêutica pautada nas atitudes citadas faria com que a terapia atingisse um nível ótimo, o que segundo Rogers, significaria que o terapeuta teria sido capaz de estabelecer com o cliente “uma relação intensamente pessoal e subjetiva”, ou seja, “de pessoa para pessoa” (Rogers, 2009, p. 211).

Para o cliente, a vivência dessa relação propiciaria uma aproximação cada vez maior de suas experiências e uma maior abertura para a vida e para os movimentos de mudança inerentes a esta, fazendo com que o organismo humano seja cada vez mais livre, capaz de responder e fazer escolhas que estejam de acordo com aquilo que experiencia. Portanto, a psicoterapia que toma os princípios rogerianos como norteadores é um

processo autodirigido pela própria pessoa, onde o terapeuta atua como um facilitador, promovendo um ambiente e as condições necessárias para que a mudança possa ocorrer.

Isto posto, o objetivo da psicoterapia consiste em promover um clima no qual o cliente possa viver o que Rogers chamou de acordo interno ou de congruência, o que significa que existe uma correta simbolização de suas experiências pela totalidade do organismo; ou seja, o indivíduo não precisaria deformar ou negar experiências que ameaçariam a sua estrutura de eu (imagem/conceito que faz de si), visto que esta tenderia a uma maior flexibilidade, pois passaria a emergir a partir da experiência e não o contrário, o que caracterizaria o estado de incongruência ou de desacordo interno (Rogers & Kinget, 1977).

### ***Esboço de uma antropologia em Rogers***

Um dos pontos centrais da teoria rogeriana é a ideia de que o sujeito define-se como Pessoa que, segundo Moreira (2007), é uma concepção que se mantém ao longo da evolução do pensamento de Rogers embora passe por ampliações e refinamento teórico. Sobre a noção de Pessoa, Rogers remete a um “organismo digno de confiança que traz em si mesmo uma tendência natural a se desenvolver de forma construtiva e positiva” (Moreira, 2007, p. 184).

Conforme explica Maupeou (1974), essa visão de pessoa naturalmente racional, realista e progressiva para Rogers “não se situa como o a priori de uma filosofia das essências e sim como uma tendência, uma capacidade que se descobre dentro do processo dinâmico da existência” (p. 56). Escreve Rogers sobre esta visão de pessoa e a tendência que lhe é inerente:

A visão por nós apresentada implica, evidentemente, que a natureza básica do ser humano, quando atua livremente, é construtiva e fidedigna. [...] Quando somos capazes de libertar o indivíduo de suas defesas, de modo que ele se abra à ampla variedade das exigências ambientais e sociais, pode-se confiar em que as suas reações serão positivas, voltadas para o futuro, construtivas. (Rogers, 1972, p. 268).

Para fundamentar essa visão de ser humano, naturalmente positiva e voltada para o desenvolvimento e para a realização, Rogers menciona que biólogos, neurofisiólogos e outros cientistas possuem comprovações que corroboram com esta perspectiva, e compara o desenvolvimento do ser humano com o de batatas que ele observou no porão da sua casa quando criança: mesmo em condições desfavoráveis, começaram a brotar pequenos brotos brancos pálidos que cresciam em direção à luz do sol que entrava pela janela. Essa imagem, diz ele, o faz pensar em seus clientes, cujas vidas têm sido “terrivelmente emaranhadas”, em que as condições em que se desenvolveram foram tão desfavoráveis “que suas vidas muitas vezes parecem anormais, distorcidas, dificilmente humanas”. No entanto, ele defende que se deve confiar na tendência direcional que nelas existe, buscando compreender seus comportamentos, como os de quem estão lutando “do único modo que lhes é possível, para alcançar o crescimento, para tornar-se alguém” (Rogers, 1986, p. 17).

É importante ressaltar que embora Rogers considere a tendência atualizante como algo inerente e intrínseco à pessoa, sua manifestação é perpassada por influências contextuais em que o “exercício desta capacidade requer um contexto de relações humanas positivas, favoráveis à conservação e à valorização do ‘eu’, isto é, requer relações desprovidas de ameaça ou de desafio à concepção que o sujeito faz de si mesmo.” (Rogers & Kinget, 1977, p. 40). Outro esclarecimento necessário refere-se à significação do termo organismo, visto que este não se reduz simplesmente ao corpo fisiológico, sendo encarado como a base de todas as experiências, sejam elas de ordem fisiológicas ou psicológicas. Neste sentido o termo organismo refere-se a uma totalidade psicofísica, englobando assim, o conjunto das funções constitutivas do ser humano. (Rogers & Kinget, 1977)

Como propôs-se aqui a apresentar a visão de ser humano por ele desenvolvida, após colocar a importância da tendência atualizante para esta compreensão, passa-se agora a apresentar brevemente os principais aspectos da teoria da personalidade que Rogers desenvolveu ao observar as mudanças pelas quais passavam os indivíduos que se submetiam ao seu modelo de terapia.

Segundo Rogers & Kinget (1977), a criança nos primeiros anos de vida vive num meio que, do ponto de vista psicológico, existe somente para ela: a realidade se resume à sua experiência que é acompanhada de um processo contínuo de avaliação, o qual Rogers chamou de “avaliação organísmica” em que o indivíduo atribui um valor positivo às experiências que percebe como favoráveis à preservação e à valorização do seu organismo, e um valor negativo àquelas que percebe como contrárias a essa preservação e valorização. Devido à tendência à diferenciação, que é um aspecto da tendência à atualização, um segmento da experiência se diferencia e se simboliza na consciência, como consciência de existir. Em decorrência da interação entre o organismo e o meio, esta consciência de existir cresce e se organiza gradativamente para formar a “noção de eu”, que pode ser definida brevemente como “[...] uma estrutura, isto é, um conjunto organizado e mutável de percepções relativas ao próprio indivíduo. Esta estrutura perceptual faz parte [...] da estrutura perceptual total que engloba todas as experiências do indivíduo em cada momento de sua existência. (Rogers & Kinget, 1977, p. 44).

Assim, a noção de “eu” pode ser encarada como uma condição consciente e reflexiva de si, que faz parte da estrutura mais abrangente representada pelo organismo estando, portanto, também sujeita à operação da tendência à atualização. E representa o fator regulador em relação ao comportamento enquanto a tendência à atualização representa o fator dinâmico: “Uma fornece a energia; outra a direção” (Rogers & Kinget, 1977, p. 44).

Neste sentido, a eficácia da tendência à atualização da noção de “eu” depende do caráter realista desta; ou seja, da correspondência ou congruência entre os atributos que o indivíduo acredita possuir e aqueles que de fato possui. Conclui-se daí, que quanto mais à noção que o indivíduo faz de si mesmo corresponder à realidade daquilo que ele experiencia pela totalidade do seu organismo, mais eficaz será a ação diretriz exercida pela noção de “eu”, no sentido de conduzir-se à satisfação subjetiva do indivíduo e à eficácia de seu comportamento. A condição essencial para que haja esta congruência entre a noção de “eu” e a experiência, como já apontado, refere-se ao clima facilitador no qual o indivíduo possa viver uma liberdade experiencial, tema a ser discutido adiante.



### *A liberdade em Rogers*

O respeito à liberdade e autonomia do cliente é algo fundamental na psicoterapia proposta por Rogers, que busca criar um espaço no qual a pessoa esteja segura, livre e “possa se mover, ao pensar, sentir e ser, em qualquer direção que desejar” (Rogers, 2009, p. 123). Rogers (1977) relata que à medida que seus clientes vivenciavam esse espaço criado através da relação terapêutica pautada nas atitudes facilitadoras, eles iam se tornando gradativamente pessoas mais autônomas, mais espontâneas e mais confiantes. Ele chamou esse processo de aprender a ser livre e caracterizou essa experiência como íntima, subjetiva e existencial. (Rogers, 1977a). Ou seja, tal vivência, que Rogers chamou de experiencial, requer que haja uma correta simbolização das experiências na consciência, principalmente aquelas que se referem a noção de “eu”, visto que esta exerce um papel regulador do comportamento. Deste modo, existindo correspondência entre a experiência e sua percepção, Rogers nos diz que o comportamento será adequadamente guiado. Sinteticamente falando, é “a capacidade do ser humano de tomar consciência de sua experiência, de avaliá-la, verificá-la, corrigi-la, que exprime sua tendência inerente ao desenvolvimento em direção à maturidade e, portanto, em direção à autonomia e à responsabilidade” (Rogers & Kinget, 1977, p. 55).

Neste sentido, a vivência da liberdade experiencial depende da disponibilidade dos dados da experiência à consciência na medida em que o indivíduo é capaz de tomar consciência da diversidade e até mesmo da divergência de suas necessidades. Ele conseguiria, através do processo de avaliação organísmica, escolher as opções que lhe são mais positivas e enriquecedoras, satisfazendo de forma mais equilibrada suas necessidades. Isso se dá deste modo pois é a tendência atualizante que lhe serve de critério a esse processo de avaliação, caracterizando-se por uma simbolização mais fidedigna das experiências que passam a ser percebidas e avaliadas em função do seu valor para a preservação e valorização da totalidade do organismo.

No entanto, muitas vezes esta liberdade experiencial não é vivida, pois o indivíduo sente-se preso à obrigação de desempenhar determinados papéis, em virtude de ser aceito pelas pessoas que têm importância em sua vida; por grupos ou pelos valores da sociedade

a qual pertence. Isso corrobora para que o indivíduo forme uma imagem de si que esteja mais de acordo com o que esperam dele, do que com aquilo que realmente experimenta.

Portanto, para Rogers & Kinget (1977), o indivíduo é psicologicamente livre quando não se sente obrigado a negar ou a deformar aquilo que experimenta, a fim de conservar seja o afeto ou a estima daqueles que têm importância em sua vida. Neste sentido, a liberdade de escolher ocorre na medida em que a experiência se encontra disponível à consciência, visto que, se dados experienciais importantes estão ausentes, o equilíbrio será falseado e as escolhas serão inadequadas.

Deste modo, pode-se concluir que para Rogers, a liberdade para escolher requer primeiramente uma liberdade experiencial: uma disponibilidade da experiência à consciência de forma não distorcida. Pois, como visto, é possível que ocorram bloqueios e distorções na percepção de determinados aspectos de experiências que se mostram ameaçadoras à imagem que o indivíduo tem de si mesmo. Tal desacordo entre consciência e experiência acaba por prejudicar a capacidade de escolha do sujeito: ao invés de utilizar o seu próprio centro de avaliação “organísmica”, recorre a um ponto de referência externo, isto é, escolhe em função de ser aceito e estimado por terceiros, não levando em consideração aquilo que realmente experimenta naquele dado momento.

Por fim, é possível perceber que a liberdade na perspectiva de Rogers, está intimamente ligada ao que ele chamou de congruência, termo utilizado para “indicar uma correspondência mais adequada entre a experiência e a consciência” (Rogers, 2009, p. 392). Seria, portanto, o objetivo da psicoterapia rogeriana promover as condições que favoreceriam a vivência desse estado de congruência pelo cliente através da criação de um espaço no qual este possa vivenciar livremente todos os seus sentimentos, facilitando a ele uma maior correspondência entre o sentir e saber o que se sente, tornando-o mais apto a efetuar escolhas responsáveis. Desse modo, podemos dizer que ser congruente equivale à vivência da liberdade.

Portanto, a liberdade em Rogers (1977) trata-se de uma vivência subjetiva, que depende de condições externas favoráveis para existir, e que quando presente possibilita ao indivíduo realizar escolhas mais conscientes e responsáveis. Pois este, dispendo dos dados da sua experiência e aberto a estas, é capaz de corrigir continuamente o seu trajeto,

a fim de realizar escolhas que respondem de forma cada vez mais adequada e equilibrada as necessidades experimentadas pelo seu organismo.

### ***A liberdade humana em Frankl e Rogers: apontamentos para um diálogo***

Apresentado brevemente as perspectivas teóricas de Frankl e Rogers, enfatizando suas visões acerca do ser humano e de como compreendem a liberdade deste, passa-se agora a tentar estabelecer algumas relações entre ambos os pontos de vista, apontando suas aproximações e afastamentos no que refere a concepção de liberdade para as duas teorias psicológicas desenvolvidas pelos autores.

De início, se pode levantar a proposição de que Frankl partilha com Rogers de uma perspectiva afirmativa em relação à existência da liberdade humana. Tal aproximação se revela dado às críticas que ambos tecem em relação às teorias que, segundo eles, subtraem esta capacidade humana. Vejamo-las.

Em Frankl, essa crítica permeia toda a sua obra, ao defender a liberdade espiritual do ser humano e apontar os perigos inerentes às concepções de ser humano que o consideram como “‘nada mais que’ o resultado de condicionantes biológicos, psicológicos e sociológicos, ou produto da hereditariedade e do meio ambiente” (Frankl, 2008, p. 152). Segundo Frankl, tais perspectivas embora digam algo sobre o sujeito, errariam ao tentar dizer tudo sobre ele quando reduzem e buscam explicar todos os fenômenos humanos a partir de uma única dimensão/perspectiva: “No momento em que determinada ciência clama por totalidade, a biologia se torna biologismo, a psicologia se torna psicologismo, e a sociologia se transforma em sociologismo” (Frankl, 2011, p. 32). Desemboca-se naquilo que o autor chamou de pandeterminismo, que corresponde “à visão do ser humano que descarta a sua capacidade de tomar uma posição frente a condicionantes quaisquer que sejam” (Frankl, 2008, p. 153).

Rogers também critica as perspectivas psicológicas que entendem que o ser humano “não passa de um elo entre uma série de causas complexas e seus efeitos inevitáveis e predeterminados”, visto que tal visão não se sustenta em sua experiência clínica com seus clientes, tornando-os como um “fenômeno sem significação, num mundo sem sentido” (Rogers, 1977, p. 58). Em oposição a esta visão, Rogers relata que

a pessoa que ele conhece nos momentos mais profundos da psicoterapia, se mostra “espontânea, responsabilmente livre, consciente de sua liberdade para escolher quem vai ser, e também consciente das consequências de sua escolha” (Rogers, 2009, p. 455). Negar a existência destas características é algo impossível para ele.

Neste sentido, em Rogers, a existência da liberdade humana encontra-se de início pressuposta pela postura que deve ser adotada pelo psicoterapeuta, que deve propiciar através das atitudes facilitadoras, um clima em que a pessoa possa vivenciar uma liberdade interior, onde os dados de sua experiência possam ser corretamente percebidos e simbolizados na consciência sem que seja preciso deformá-los para que estes não ameacem ao conceito que o indivíduo tem si, sua “noção de eu”. A vivência dessa liberdade interior (experencial), segundo Rogers (1977), é o que possibilita a compreensão pela pessoa de que ela num certo sentido “se escolhe”: passa a ser cada vez menos criatura das influências e forças que funcionam para além do seu alcance, tanto interiores quanto exteriores, e torna-se cada vez mais arquiteto de si mesmo, sendo livre para querer e escolher de forma responsável.

Considerando a forma como Rogers descreve a vivência da liberdade por parte de seus clientes, é possível perceber que esta experiência é bem parecida com aquilo que Frankl apresenta como sendo a capacidade especificamente humana de se distanciar do mundo –interior e exterior – e de se posicionar e comportar-se perante o mesmo de forma livre e responsável. No entanto, a origem dessa experiência de liberdade nos dois autores se situa em lugares diferentes, dado que as visões de ser humano das quais eles partem não são as mesmas.

Em relação à visão de ser humano adotada por Frankl, ele formula uma antropologia segundo ele se organiza em três dimensões: biológica, psicológica e noológica. Estas, embora fundamentalmente diferentes entre si, compõem o ser humano que é “uma unidade apesar da diversidade” (Frankl, 2015, p. 49); uma unidade antropológica apesar de suas diferenças ontológicas. Para explicar e demonstrar isso, Frankl propõe, como já abordado aqui, a sua “ontologia dimensional”.

Partindo desta visão, Frankl considera a liberdade como uma característica intrínseca da dimensão espiritual do ser humano, dimensão esta que é distintiva e essencial do ser humano e fonte dos fenômenos tipicamente humanos. Dentre estes

fenômenos, a liberdade humana está implicada na capacidade, enquanto ser espiritual, de autodistanciamento, “de sua conformação biológica e de suas determinações psíquicas; em suma, da possibilidade mesma de objetivar, conscientemente, tais imposições e de escolher uma resposta livre frente a elas” (Pereira, 2015b, p. 7).

Já Rogers, formula sua teoria sobre o ser humano partindo do pressuposto de que este é dotado de uma tendência para desenvolver suas potencialidades de modo a favorecer sua conservação e seu enriquecimento (tendência atualizante). Esta característica fundamental, “intrínseca” e “inerente” à pessoa, é a razão pela qual Rogers a vê como um organismo digno de confiança, capaz de autorregulação. O organismo de que fala Rogers não se refere somente ao corpo fisiológico, mas sim a totalidade psicofísica que engloba todo o conjunto das funções constitutivas do sujeito. Rogers adota esta concepção por enfatizar a interpenetração e a inseparabilidade dos aspectos físicos e psíquicos do organismo. (Rogers & Kinget, 1977)

Deste modo, a liberdade para Rogers não seria algo constitutivo do ser humano a priori, mas uma capacidade que depende da vivência de um estado de acordo interno (congruência) por parte do indivíduo que se dá através da vivência de um clima facilitador no qual a pessoa experimenta todos os dados relacionados à sua experiência, de modo a lhe proporcionar uma maior consciência e, conseqüentemente, capacidade de escolher. Cabe, contudo, destacar que Rogers acreditava e defendia que estas escolhas (feitas a partir dessa liberdade interior) seriam sempre guiadas pela tendência presente no organismo total, e, portanto, seriam feitas sempre em favor da realização e satisfação do mesmo.

Sobre esse último aspecto, encontra-se em Frankl uma postura crítica em relação às teorias que entendem o ser humano como um sistema fechado, cuja motivação básica está na preocupação com a manutenção de um equilíbrio interno, alcançado através da redução de tensões e da satisfação de necessidades. Neste sentido, ele não acredita que a autorrealização constitua a intenção primária do ser humano. Essa, segundo ele, só aparece como efeito secundário da realização de um sentido: “Apenas quando o homem preenche um sentido lá fora, no mundo, é que ele realizará a si mesmo. Se ele decide por realizar a si mesmo, em vez de preencher um sentido, a autorrealização perde, imediatamente, sua razão de ser” (Frankl, 2011, p. 53). Ou seja, para ele, o que importaria

para o ser humano, primariamente, não seria o prazer e a felicidade enquanto tais, mas os desencadeadores desses efeitos, os motivos (razões) destes.

A partir disso, se pode considerar que, diferente de Rogers que acreditava em uma tendência inerente para atualização (realização) das potencialidades do organismo humano conduziria o indivíduo sempre em direção à satisfação cada vez maior e mais equilibrada de suas necessidades; existiria, em Frankl, o que ele chamou de vontade de sentido, que se refere ao “esforço mais básico do homem na direção de encontrar e realizar sentidos e propósitos” (Frankl, 2011, p. 50).

No entanto, Frankl (2011) ressalta que a vontade de sentido não deve ser entendida nos termos de um “instinto humano”, enquanto mecanismo natural de direcionamento com vistas à redução de tensão interna, pois esta concepção contradiria “a ideia logoterapêutica da finalidade intrínseca da realização do sentido, que não tem relações *a priori* de necessidade com um propósito ou uma satisfação individual” (Pereira, 2007, p. 131). Por isto, ao invés de falar de “tendência à autorrealização” (ideia tributária de uma perspectiva vitalista que muito atravessa essa concepção em Rogers), Frankl prefere enfatizar o caráter autotranscendente da existência humana, que “sempre se refere a alguma coisa que não ela mesma - a algo ou a alguém, isto é, a um objetivo a ser alcançado ou à existência de outra pessoa que ele encontre” (Frankl, 1991, p. 18).

Portanto, para Frankl, o sentido e os valores são “motivos” que mobilizam o ser humano e que se encontram estão no mundo, e não no sujeito que os experiencia: “Os instintos são algo que me empurra, ao passo que o sentido e os valores algo que me puxa, me atrai” (Frankl, 1978, p. 180). Isto é, está sempre implicada na vontade de sentido e na realização de sentido, a tomada de decisão, isto é, a liberdade da pessoa espiritual, que é sempre chamada a responder, pelo quê, para quê ou perante quem ela se julga responsável. (Frankl, 2008)

É neste sentido, que Frankl contrapõe-se a ideia de que um ser humano saudável seria aquele liberto de toda e qualquer tensão. Para ele uma quantidade sadia de tensão evocada por um sentido a preencher “é algo inerente ao ser humano e é indispensável ao seu bem-estar mental” (Frankl, 2011, p. 65). Pode-se com isso afirmar que, para Frankl, não existe problema nos sujeitos perseguirem objetivos em suas vidas quando estes são escolhidos livremente; são inclusive aliados do sujeito e contribuem para a sua

sobrevivência e saúde psíquica, mesmo em condições adversas. Frankl chamou esse movimento que tensiona o ser humano de “noodinâmica”, isto é, a dinâmica existencial onde, de um lado, se tem um sentido a ser cumprido, e do outro, a pessoa que deve cumpri-lo (Frankl, 2008). Estando implicada no cerne desse movimento, a liberdade da pessoa humana que, diante do seu universo de possíveis, decide-se pela realização ou não de sentido.

A partir dessas considerações, poderíamos pensar que existe um conflito entre as teorias de Frankl e Rogers no que se refere à questão aqui discutida sobre tensão e equilíbrio interno. Viu-se mais atrás, Rogers nos fala de um mecanismo interno (avaliação organísmica) que quando funciona corretamente (em condições externas favoráveis) tende para um equilíbrio. No entanto, esse equilíbrio de que fala Rogers ocorre no mundo subjetivo do sujeito que ao se dá conta (simbolizar corretamente na consciência) de todas as experiências que lhe atravessam em cada momento, consegue escolher aquelas possibilidades que respondem de forma mais satisfatória suas necessidades organísmicas. Ou seja, esse equilíbrio parece referir-se a um funcionamento adequado do organismo e não a um estado estático, visto que quando este funciona adequadamente, Rogers (1986) nos diz que ele não caminha para uma homeostase, um equilíbrio passivo; mas, ao contrário, a tendência à realização nele presente, lhe motiva a estar sempre em busca de algo, tendo em vista, não somente a sua manutenção, mas também o seu desenvolvimento.

Por este ângulo, é perceptível que ainda não se vê muito claramente um conflito entre Frankl e Rogers. Tal conflito revela a partir do momento em que compreendemos que o organismo de que fala Rogers engloba o conjunto das funções constitutivas humanas, que aqui se referem à sua totalidade psicofísica. Percebemos, portanto, que Rogers não fala (assim como Frankl) de uma dimensão especificamente humana; ou seja, a “pessoa” na concepção rogeriana parece constituir-se apenas como essa “totalidade psicofísica”, opondo-se desse modo, à visão de ser humano adotada por Frankl que o concebe para além do psicofísico, considerando também a sua dimensão espiritual, onde se situam os fenômenos especificamente humanos, de consciência, liberdade e responsabilidade.

Deste modo, é lícito perguntar sobre onde se origina a experiência de liberdade que Rogers diz testemunhar em seus clientes na psicoterapia, que também reconhece em

si e no seu fazer ciência que, segundo ele, sempre parte de uma escolha pessoal subjetiva de valores (Rogers, 2009). A resposta a esta questão estaria na ideia de que a experiência de liberdade para Rogers não é algo constituinte do ser humano *a priori*, mas um fenômeno que ele percebe em seus clientes que vivenciam uma relação terapêutica na qual são compreendidos e possuem liberdade para experimentar e expressar todos os seus sentimentos, sem que, ao fazê-lo, sejam ameaçados. Disso decorreria, uma disponibilidade maior a consciência dos dados relativos a aquilo que a pessoa experimenta a cada momento, lhe possibilitando assim escolher.

No entanto, o que surge aqui, é que para Rogers essa liberdade para escolher também é condicionada, visto que, quando ela existe, as escolhas se dariam em conformidade não com uma vontade livre presente no sujeito, mas seriam guiadas por uma tendência direcional interna (tendência atualizante) que conduz o organismo humano a realizar escolhas e adotar comportamentos em vista de sua satisfação, realização e crescimento (Rogers, 1986).

Portanto, embora Rogers descreva uma vivência de liberdade que se aproxima daquela defendida por Frankl, de uma liberdade existencial acompanhada de responsabilidade, verificamos que essa sua descrição entra em conflito com a sua crença em uma tendência inerente aos seres humanos que dirigiria os esforços destes para fins aprioristicamente pressupostos; ou seja, a pessoa estaria sujeita a um “determinismo do organismo” (Araújo & Freire, 2014), ou àquilo que Rogers chamou de “sabedoria do organismo”, que em última instância atuaria sempre favor da satisfação, manutenção, enriquecimento e realização do mesmo (Rogers, 1986). Cabe ressaltar o papel determinante das condições externas favoráveis para que esta força direcional interna siga nessa direção.

Retomando a perspectiva de Frankl, podemos concluir que sua concepção acerca da liberdade humana tem um caráter mais radical, visto que esta característica é algo fundante do ser propriamente humano – pessoa espiritual, que se inicia “onde deixa de ser impelido e cessa quando deixa de ser responsável” (Frankl, 2017, p. 21). Portanto, a liberdade em Frankl, não é algo que a pessoa espiritual adquire, mas é o que ela é a todo instante. Pois, o seu ser é um poder-ser e a sua realidade é uma possibilidade; isto é, “o que caracteriza o seu existir (*Dasein*) como tal é a multiplicidade de distintas



possibilidades, dentre as quais apenas uma única realiza no seu ser” (Frankl, 2016a, p. 160). É neste sentido que, para Frankl, em nenhum momento o ser humano pode abdicar de escolher entre as possibilidades que lhe são colocadas pela vida a cada instante. Ele está sempre incumbido de responder entre realizar ou não os sentidos que se escondem em cada situação particular.

Nesta incumbência de realizar os sentidos únicos de cada situação, Frankl (2017) nos diz que o sujeito dispõe de uma consciência intuitiva, que pode lhe ajudar nessa missão, indicando-lhe, no seu horizonte de possíveis, aquele que é mais digno de vir a ser; aquele que faz mais sentido. No entanto, a consciência intuitiva não atua de modo a determinar as escolhas do ser humano, pois mesmo diante do que esta lhe intui, cabe sempre a ele decidir livre e responsavelmente, visto que ele é livre mesmo em face de sua consciência; ou seja, pode “ouvir a consciência ou fazer-lhe orelhas de mercador” (Frankl, p. 2016, 111). Porém, quando rejeita frequentemente o que esta lhe intui, tende a cair no conformismo (fazer o que os outros fazem) ou no totalitarismo (faz o que outras pessoas querem que ele faça).

### **Considerações finais**

Este trabalho se propôs a apresentar a compreensão acerca da liberdade humana para dois teóricos da psicologia, Viktor Frankl, criador da Logoterapia; e Carl Rogers, fundador da Abordagem Centrada na Pessoa. Para a realização deste intento, valeu-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfica no seguinte percurso: partiu-se da apresentação dos aspectos principais das teorias psicológicas desenvolvidas pelos autores e das visões de ser humano subjacentes as mesmas, para posteriormente compreender o modo como cada um entende a liberdade do ser humano.

Foi perceptível uma aproximação entre os autores no modo como ambos advogam pela existência de certo grau de liberdade do ser humano. Esse posicionamento em comum se revela dado às críticas que ambos teceram em relação às teorias que negariam toda e qualquer possibilidade humana de escolher livremente. É notável as semelhanças no modo como ambos caracterizavam a vivência da liberdade, visto que se referiam a esta enquanto uma capacidade de realizar escolhas, bem como arcar com as responsabilidades

daquelas. No entanto, quando se buscou compreender a origem dessa capacidade de escolha livre e responsável, percebeu-se que os dois partem de visões de ser humano diferentes na formulação de suas teorias, fazendo com que o lugar da liberdade em cada uma delas seja também distinto.

Verificou-se a existência de um conflito entre a defesa feita por Rogers em favor da liberdade do ser humano e a sua crença em uma tendência inerente ao crescimento daquele. O que se sobressaiu é que, mesmo quando Rogers fala em liberdade para escolher, esta se mostra condicionada, visto que as escolhas feitas se dariam em conformidade não com uma “vontade livre”, mas seriam, de alguma forma, guiadas por uma tendência que conduziria o organismo a adotar comportamentos tendo em vista sua satisfação, realização e crescimento.

Em relação à perspectiva de Frankl, concluiu-se que sua concepção acerca da liberdade humana tem um caráter mais radical por se constituir enquanto uma característica fundante da dimensão espiritual do ser humano, por meio da qual a pessoa pode distanciar-se dos seus condicionantes biológicos, psicológicos e sociológicos e postar-se numa atitude pessoal diante destes.

É importante ressaltar a pertinência do tema aqui abordado, visto que, como foi apontado no início deste trabalho, se verificou uma ausência na literatura de tentativas de diálogo entre os dois autores em questão, mesmo estes tendo suas abordagens psicológicas frequentemente enquadradas dentro de uma mesma categoria; isto é, inseridas na tradição do movimento humanista em psicologia. No entanto, destaque-se que a exposição aqui realizada, tinha como objetivo primário apreender a concepção de liberdade humana para os dois autores, não pretendendo deste modo, apresentar um paralelo entre as abordagens psicológicas desenvolvidas por eles.

Foi apontado como dificuldade no desenvolvimento deste estudo a extensão da obra de cada um dos dois autores cujas perspectivas pretendíamos apresentar. O fato de não seguir uma linha temporal no estudo das obras, não permitiu visualizar mudanças e evoluções que possam ter ocorrido no pensamento dos autores em relação à questão aqui discutida. Sugere-se que a tentativa de diálogo entre os dois autores aqui iniciada, possa ser ampliada futuramente, não somente sobre a questão da liberdade (que este trabalho não pretendeu esgotar, incitando posteriores estudos teóricos e históricos ainda nesta

linha de investigação), mas também sobre outros aspectos das teorias desenvolvidas por eles como, por exemplo, a questão da vontade sentido em Frankl e possíveis relações desta com a tendência atualizante e a tendência formativa em Rogers; ou mesmo a noção de “sabedoria organísmica” em Rogers em paralelo com a consciência intuitiva em Frankl.

### Referências

- Araujo, I.C. & Freire, J.C. (2014). Os valores e a sua importância para a teoria da clínica da abordagem centrada na pessoa. *Revista da abordagem gestáltica*, 20, 1, 86-93.
- Dittrich, L.F. & Oliveira, M.F.L. (2019). Dimensão noética: as contribuições da logoterapia para a compreensão do ser humano. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, 6, 2, 143-160.
- Endrissi, T. & Stenzel, L.M. (2020). Liberdade numa perspectiva da psicologia fenomenológico-existencial: revisão sistemática da produção bibliográfica dos últimos vinte anos. *Revista da abordagem gestáltica*, 26, 461-471.
- Feijoo, A. M. L. C. (2011). *A existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais*. Rio de Janeiro: Edições IFEN; Via Verita.
- Frankl, V. E. (1978). *Fundamentos antropológicos da psicoterapia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Frankl, V. E. (1990). *Psicoterapia para todos: uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva*. Petrópolis: Vozes.
- Frankl, V. E. (1991). *A psicoterapia na prática*. Campinas-SP: Papyrus.
- Frankl, V. E. (2008). *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. 25ª ed. Cidade: Petrópolis: Vozes.
- Frankl, V. E. (2010). *O que não está escrito em meus livros: memórias*. São Paulo: É Realizações.
- Frankl, V. E. (2011). *A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia*. São Paulo: Paulus.

- Frankl, V. E. (2012). *Logoterapia e análise existencial: textos de seis décadas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Frankl, V. E. (2015). *Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo*. São Paulo (SP): Ed. Ideias e Letras.
- Frankl, V. E. (2016a). *Psicoterapia e sentido da vida*. 6ª ed. São Paulo: Quadrante.
- Frankl, V. E. (2016b). *Sede de sentido*. 5ª ed. São Paulo: Quadrante.
- Frankl, V. E. (2017). *A presença ignorada de Deus*. 18ª ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes.
- Lima, T.C.S. & Miotto, R.C.T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: uma pesquisa bibliográfica. *Rev. katálysis*, 10, 37-45.
- Lukas, E. (1989). *Logoterapia: a força desafiadora do espírito*. São Paulo: Edições Loyola.
- Lukas, E. (2002). *Psicologia espiritual*. São Paulo: Paulus.
- Marconi, M.A. & Lakatos, E.M. (2011). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7ª ed. São Paulo: Atlas.
- Maupeou, Y.M.G. (1974). A visão de pessoa na teoria de Carl Rogers. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, v.26, n.1, 55-61. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/view/17047>
- Moreira, V. (2007). *De Carl Rogers a Merleau-Ponty: a pessoa mundana em psicoterapia*. São Paulo: Annablume.
- Pereira, I.S. (2007). A vontade de sentido na obra de Viktor Frankl. *Psicol. USP*, 18, 1, 125-136.
- Pereira, I.S. (2015a). Espírito e liberdade na obra de Viktor Frankl. *Psicol. USP*, 26, 3, 390-396.
- Pereira, I.S. (2015b). A ontologia dimensional de Viktor Frankl: O humano entre corpo, psiquismo e espírito. *Logos e Existência*, 4, 1, 2-13.
- Rogers, C.R. (1972). *Liberdade para aprender*. 2ª ed. Minas Gerais: Interlivros.
- Rogers, C.R. (1977). Aprender a ser livre. In Rogers, C.R. & Stevens, B. *De pessoa para pessoa: O problema de ser humano: uma nova tendência em psicologia*. (p. 53-77). 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

Rogers, C.R. (1983). *Um jeito de ser*. São Paulo: EPU.

Rogers, C.R. (1986). *Sobre o Poder Pessoal*. São Paulo: Martins Fontes.

Rogers, C.R. (2009). *Tornar-se pessoa*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Rogers, C.R. & Kinget, G.M. (1977). *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva*. 2ª ed. Belo Horizonte: Interlivros. v. 1.